



## EM MOVIMENTO **0 17 de outubro em todo o país**

MMM completa sete anos com as mulheres nas ruas por Soberania Alimentar

Em 2007, o Dia Internacional de Luta contra a Pobreza, 17 de outubro, militantes da Marcha Mundial das Mulheres no país inteiro se mobilizaram em luta contra as transnacionais e a sociedade de mercado. O 16 de outubro, instituído pela Via Campesina e reafirmado no Fórum Nyéleni de Soberania Alimentar como Dia de Luta por Soberania Alimentar, deu a tônica das ações neste ano.

Dessa forma, a MMM dá seqüência às ações de 17 de outubro do ano passado, quando os debates e os atos focaram-se propriamente na questão das transnacionais, a exploração do trabalho, especialmente das mulheres. As mesmas transnacionais que vendem seus cosméticos prometendo a eterna juventude, tratando o corpo das mulheres como se fosse um corpo doente a ser tratado, as mesmas que determinam padrões de consumo, inclusive alimentares, padrões de produção, as mesmas que submetem seus trabalhadores e trabalhadoras a intensa carga de trabalho e etc.

Para lutar por soberania alimentar, é preciso enfrentar o poder do agronegócio e das transnacionais. É preciso fortalecer a agricultura familiar camponesa e ter um Estado capaz de conduzir a economia, sem deixar o mercado comandá-la. Igualmente, é preciso reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres para a produção de alimentos saudáveis.

### **Mulheres nas ruas**

Por tudo isso que as militantes da MMM em todo o país não deixaram o dia 17 de outubro passar em branco, e a data foi de discussões e



**A batucada feminista** deu o tom de muitos dos atos, como no Rio Grande do Norte

protestos. Discussões para socializar informações e conhecimentos no tema da soberania alimentar. Protestos contra o mercado que organiza as vidas das mulheres, impondo-lhes um padrão de beleza, impondo-lhes hábitos alimentares, impondo-lhes más condições de trabalho.

### **Atos e debates**

Em alguns estados, a discussão tomou formato de seminário, com o objetivo de socialização de debates e de formação política. Foi assim em São Paulo, por exemplo, onde os debates organizados em conjunto com o MST culminaram com um ato de rua no centro da cidade, pautando exatamente a questão da soberania alimentar, tal qual o seminário que o antecedeu. Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o centro da cidade também foi

o palco para um ato de rua por soberania alimentar.

No Rio Grande do Norte, um manifesto foi apresentado à população, reafirmando o compromisso das mulheres contra o agronegócio, a transgenia e o agrotóxico, que ferem a autonomia dos povos por conta da busca desenfreada de lucro. O manifesto também denunciava que a exploração inadequada do meio-ambiente gera sérias consequências ambientais, bem como se utiliza, não raras vezes, de trabalho escravo das mulheres. Houve ações organizadas nas três regiões do estado.

O ato de rua no Rio de Janeiro reuniu mulheres de toda a cidade e até de outros municípios da região metropolitana. A boa aceitação da ação feminista da MMM levou as militantes fluminenses a pensar na possibilidade de organizar mensalmente uma intervenção de rua.

# POR AQUI **Nordeste realiza seminário da Marcha**

Organização e articulação da MMM na região crescem junto com novas demandas

Entre 9 e 11 de outubro, Fortaleza sediou o Seminário Nordeste da Marcha Mundial das Mulheres. Um dos seus objetivos era socializar os resultados do Seminário Internacional realizado em São Paulo, em junho passado, uma das atividades de repasse da experiência do Secretariado Internacional do Québec para o Brasil. Outro tema foi a luta pela integração dos povos na América Latina. Por fim, o seminário também buscava contribuir para articular a MMM na região, e propor novas ações para o próximo período. Participaram 40 mulheres de 9 estados.

O seminário começou com uma dinâmica para recuperar a história da Marcha no Brasil e as ações de enfrentamento ao neoliberalismo na América Latina, bem como propostas alternativas de integração solidária com abordagem feminista, gestadas no processo de resistência. Enfatizou-se a relação entre neoliberalismo e o aumento da desigualdade das mulheres.

O debate reforçou a contribuição das mulheres na agricultura e na luta por soberania alimentar e apontou que é necessário continuar a denúncia sobre a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Nesse aspecto, falou-se da prostituição, que atinge níveis assustadores, e se relaciona com o problema do turismo sexual tão presente nos estados nordestinos.



**Participantes do seminário** debatem em grupo de discussão

Outro dos apontamentos do seminário foi a avaliação crítica do atual modelo de desenvolvimento. Há muitos elementos para a reflexão: as grandes obras de infra-estrutura, que não geram emprego para as mulheres e, em diversos casos, aumentam a prostituição nos locais onde as obras acontecem; a questão energética e o modelo de monocultura; etc.

Também houve um momento de socializar experiências internacionais da MMM. Os pontos de ação a serem fortalecidos no debate feminista do Nordeste, visando às ações internacionais de 2010, são: soberania alimentar, prostituição, trabalho e valorização do trabalho mínimo, legalização do aborto e combate à violência.

Além do Seminário Nordeste, as militantes da Marcha em Vitória da

Conquista, sul da Bahia, organizaram um seminário de apresentação da MMM, que reuniu quase 60 mulheres – rurais e urbanas. O seminário visava a impulsionar a organização de um coletivo da MMM na região, e para isso, encaminhou a realização de debates regionais e de um novo encontro geral em novembro, na cidade de Cruz das Almas.

## AGENDA

### 2 a 4 de novembro

Encontro Estadual da MMM  
Belo Horizonte/MG

### 20 de novembro

Dia da Consciência Negra

### 8 e 9 de dezembro

Encontro Estadual da MMM  
São Paulo/SP

## ERRATA

*A edição do Boletim da Marcha publicada em agosto de 2007 saiu equivocadamente numerada como 42. No entanto, aquela foi a 43ª edição.*

### Coordenação Executiva da Marcha Mundial das Mulheres

**no Brasil:** Secretária de Mulheres da CUT, da Contag, Setorial de Mulheres da CMP, Camtra, CF8-Mossoró, SOF, Setorial de Mulheres da União Nacional por Moradia Popular.

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros, São Paulo/SP

CEP 05417-080 – Fone/fax: (11) 3819-3876

marchamulheres@sof.org.br

www.marchamundialdasmulheres.org

**Equipe de redação:** Alessandra Terribili, Míriam Nobre, Nalu Faria, Neuza Tito, Sonia Coelho

**Projeto e editoração:** Caco Bisol Produção Gráfica

**Tiragem:** 6.000 exemplares

**Apoio:** Cooperação ao Desenvolvimento – Governo Basco

## Mulheres construindo agroecologia

O GT de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT ANA) realizou, nos dias 27 a 29 de setembro, em Florianópolis/SC, o seminário "Mulheres Construindo Agroecologia". Participaram, aproximadamente, 50 mulheres das cinco regiões do país, representando organizações não-governamentais e movimentos sociais do campo.

O seminário apontou desafios para a construção da agroecologia a partir de uma visão feminista e a necessidade de identificar, reunir e socializar as várias experiências realizadas para avançar no reconhecimento da contribuição das mulheres para agroecologia. A padronização dos hábitos de alimentação, a comercialização, o preço justo também foram debatidos como temas importantes para a garantia da soberania alimentar e para o acesso da população, principalmente a mais empobrecida, aos produtos saudáveis produzidos pelos agricultores e agricultoras agroecológicos.

# EM DEBATE **Pela democratização da comunicação!**

Meios de comunicação na mira das ações dos movimentos sociais

A validade das concessões de algumas das principais emissoras de TV do país terminou no último dia 5 de outubro. Motivadas por essa data, movimentos sociais e entidades da área da comunicação se mobilizaram para defender a democratização das comunicações e a transparência nos mecanismos de outorga (ou seja, de conceder) e renovação de concessões públicas. A mobilização se iniciou no próprio dia 5, e deve prosseguir em forma de campanha nacional.

Mas o que são concessões e por que elas são públicas? A concessão é a permissão que uma determinada emissora recebe para funcionar, por meio da utilização de parte do espectro. O espectro radioelétrico é a “divisão do ar” em faixas de frequência para transmissão dos sinais de rádio e TV aberta. Como o ar não tem um dono, o espectro é um bem público, não pertence a ninguém e é administrado pela União – assim como os lagos e o mar territorial, por exemplo. Uma emissora de TV ou de rádio, para trafegar seus sinais e gerar imagem e som, utiliza-se desse espectro, e por isso, deveria prestar contas à União e à sociedade do uso que faz desse bem público.

Hoje, a população não tem nenhuma intervenção sobre as concessões que são outorgadas (dadas) ou renovadas. O processo é pouco transparente, os critérios são brandos e não há fiscalização. Isso faz com que as empresas, as emissoras, explorem como bem entendem a concessão que é pública, e que deveria estar sob julgamento permanente do conjunto da sociedade.

## **Fiscalizar é preciso**

Não é à toa que essa fiscalização é uma das principais reivindicações da campanha. O preconceito



**Atos em 16 capitais** pediram a democracia e transparência nas comunicações

e a discriminação que transbordam da programação do rádio e da TV (especialmente em relação a mulheres, negros e negras, comunidade GLBT, entre outros), a manipulação de informações, o pouco caso com a educação e a consciência do povo, tudo isso tem marcado a história recente dos meios de comunicação brasileiros.

## **Mulheres presentes**

Por isso, as mulheres têm se mobilizado há meses para interferirem nesse debate e nessas ações. A articulação “Mulher e Mídia”, encaminhada por alguns movimentos de mulheres, tem discutido com o Ministério Público quanto ao des-serviço prestado pelas emissoras de televisão ao abordar a imagem da mulher em seus meios.

A Marcha Mundial das Mulheres também faz parte dessa luta. Não vamos aceitar que as concessões sejam renovadas automaticamente, como se em vez de concessões, elas fossem uma propriedade hereditária, que passa de pais para filhos(as). Hoje, o processo de outorga e renovação de concessões só favorece quem já tem o poder, e isso precisa mudar. A sociedade organizada precisa participar.

## **AÇÕES DE 5 DE OUTUBRO**

Em 16 capitais brasileiras, houve manifestações e panfletagens. As ações foram convocadas e organizadas pela CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), junto com sindicatos, movimentos sociais, quilombolas e organizações não-governamentais da área da comunicação, com o mote “Por democracia e transparência nas concessões de rádio e TV”. O objetivo dessa ação coordenada era pressionar Governo Federal e Congresso Nacional a instituírem mecanismos de participação popular e critérios claros e transparentes para a renovação das concessões de rádio e televisão.

Essas ações dão a largada para uma campanha ampla e permanente por democracia e transparência nas comunicações. Assim, pretendem-se promover diversas iniciativas nos próximos meses, como audiências públicas, manifestações populares e ações no campo jurídico. A campanha discutirá critérios para a outorga e a renovação das concessões, além de ações contra irregularidades nos processos. Também há a proposta de fim da renovação automática das concessões; a instalação de uma comissão de acompanhamento das renovações composta por integrantes da sociedade civil e; a convocação imediata da Conferência Nacional de Comunicação, que dará as linhas gerais de um novo marco regulatório para as comunicações.

Em muitos estados, dia 28 de setembro foi dia de ação feminista pela autonomia das mulheres



Camêria/RJ

**Mulheres da MMM** ocuparam o centro do Rio pela legalização do aborto

O 28 de setembro, Dia Latino-Americano e Caribenho pela Legalização do Aborto, foi marcado por ações feministas em todo o país. As militantes da Marcha Mundial das Mulheres estiveram presentes em quase todas elas. Por meio de panfletagens, intervenções culturais, passeatas, oficinas, seminários e debates abertos, as mulheres explicitaram a defesa de seu direito de escolha. As manifestações tinham caráter nacional, mas preservaram a identidade e a realidade de cada local, dialogando com as questões regionais também.

Cartazes, "pirulitos" e faixas que expressavam a defesa da autonomia das mulheres sobre seu corpo, bem como palavras de ordem com esse conteúdo, ou outras formas de expressão, marcaram as manifestações de rua. Foi assim, por meio da mobilização das mulheres em defesa da ampliação dos seus direitos e do combate ao machismo, que muitos países aprovaram a legalização do aborto em seus territórios. Recentemente, por exemplo, Portugal e Cidade do México (capital mexicana), encaminharam projetos favoráveis à legalização do aborto – respectivamente, via plebiscito e via parlamento –, que foram vitoriosos.

No Brasil, a última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, aprovou duas resoluções

nesse sentido. O movimento de mulheres deve exigir o encaminhamento dessas resoluções, e para isso, será necessário permanecer mobilizadas: fortalecer os comitês que já há, criar comitês onde não há, criar espaços para impulsionar a luta. Por isso, seria importante construir uma plenária nacional que organizasse a luta pela legalização do aborto daqui por diante, articulando os movimentos de mulheres em torno ao tema. Será preciso montar uma estratégia para 2008, a fim de acumular força para conquistar essa importante vitória para as mulheres.

## Ações nos estados

No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o ato de 28 de setembro também serviu como palco para o lançamento dos seus respectivos comitês estaduais de luta pela legalização do aborto. Outros estados já haviam formado seus comitês. É uma iniciativa importante, pois articula os movimentos de mulheres para estarem mobilizados em defesa da legalização.

Alguns estados conseguiram garantir uma semana inteira de atividades, combinando ações de rua com debates e oficinas. As jovens da MMM conseguiram organizar, em muitas cidades, interven-

ções nas universidades para debater o tema e dar visibilidade à discussão das mulheres. Aliás, a presença de jovens nos atos, manifestações e debates foi bastante expressiva, a ponto de, em Porto Alegre, a panfletagem ter sido dirigida a esse setor, onde se encontra a maior parte daquelas que recorrem a abortos clandestinos para interromper uma gravidez indesejada.

Foi muito presente a denúncia do número de mulheres que morre, todos os anos, vítimas de abortos clandestinos e suas complicações. Sabe-se que as mulheres negras e as mais pobres são as que mais sofrem as consequências dessa hipocrisia, que dá hemorragia. Na Paraíba, houve, inclusive, uma vigília para lembrar as vítimas desses casos.

Na maior parte dos estados mobilizados, as ações se concentraram em locais centrais das cidades, com grande fluxo de pessoas em passagem.

## ACONTECE

Em agosto, no Equador, aconteceu o curso internacional "Economia Feminista: Uma Visão Anti-Sistêmica", promovido pela Remte (Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia). O curso aprofundou o debate sobre os aportes econômicos das mulheres na sociedade; e sobre o trabalho reprodutivo e de cuidado, cuja relação com o trabalho produtivo precisa ser equilibrada.

Também aconteceu o seminário "Um novo modelo econômico: experiências e desafios para a igualdade", que destacou a importância do Estado como condutor da economia e responsável por apresentar e gerir políticas públicas comprometidas com o fim da desigualdade.

A reunião regional da Remte, realizada no Peru após essas atividades, reelegeu o Brasil como coordenação para os próximos dois anos.